

“Imprensa, Ideologia e Construção de Sentidos: a repressão como solução de conflitos”*

Wilson Borges¹

No dia 02 de maio do corrente ano, fomos brindados com o resultado de uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Segurança e Cidadania (CESEC) que, como afirmavam os pesquisadores, não deixava dúvidas: “na cobertura da violência, o jornalismo brasileiro avançou muito nos últimos anos, abandonando a longa tradição de sensacionalismo, e agora tem outro grande obstáculo a superar: a superficialidade”. No encontro em que os pesquisadores divulgavam o balanço de uma análise “minuciosamente” realizada em 2.514 textos sobre violência e criminalidade (que não são a mesma coisa, é importante frisarmos) durante cinco meses em 2004, a presença de alguns jornalistas de *O Globo*, da *Folha* e do *Estado de São Paulo*, da *IstoÉ*, funcionava dando um toque de “objetividade” jornalística ao esforço das coordenadoras do projeto. Em meio aos números mostrados, uma velha questão voltava à cena: o aparente eterno embate entre Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que esta capital dedicava uma parte significativa de suas páginas para divulgar a violência e a criminalidade daquela.

Longe de criticar o resultado do CESEC, o que pretendemos é colocar uma lente de aumento sobre alguns dados que, ao que nos parece, foram negligenciados. O primeiro repousa sobre o papel simbólico que a cidade do Rio de Janeiro ainda ocupa no imaginário social. A velha capital da República não deixou de ser referência nacional, mesmo após a construção de Brasília e a crescente importância, sobretudo econômica, que São Paulo representa para o Brasil. Em segundo lugar, a quantidade de textos jornalísticos não pode ser parâmetro para a afirmação de que o sensacionalismo não está tão presente nas páginas dos jornais. Não é pela quantidade e sim pela forma e pelo conteúdo que podemos constatar ou não as marcas do sensacionalismo – o sensacionalismo apontado pelos pesquisadores é entendido como espetacularização da notícia e não como apelo as sensações. Por último, e poderíamos apontar como uma das observações mais importantes, temos a construção de uma

* Trabalho inscrito no NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em História do Brasil pela UFF. Jornalista formado pela Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO – Niterói/RJ. Atualmente, é pesquisador visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Professor das disciplinas de Ética, Técnica de Reportagem e Entrevista e Criação em Comunicação no Curso de Comunicação Social da Universidade Salgado de Oliveira.

dada visão de mundo que a imprensa vem realizando cotidianamente. A criminalidade é crescente? O número de criminosos aumentou? E a quantidade de mortes de traficantes e de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, também aumentou? A polícia está mais eficiente?

Creemos que a pesquisa deixa escapar um dado, que é central. Quais são as principais vozes que aparecem diariamente nos periódicos selecionados para a análise do CESEC? No Rio de Janeiro, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Em São Paulo, *Folha*, *Estadão* e *Agora SP*. Em Minas Gerais, *Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*. Não vamos nos deter sobre os nove jornais selecionados pelo Centro. Ficaremos com aquilo que qualificamos como grande imprensa carioca, ou seja, justamente os jornais selecionados pelas pesquisadoras no estado do Rio de Janeiro. Em nossa análise, o ponto central negligenciado na amostragem está no fato de, como apontaram os editores de *O Globo* presentes na exposição da pesquisa, os jornais fluminenses ouvirem basicamente as Polícias Civil e Militar e a Secretaria estadual de Segurança Pública. Como destacaram os jornalistas, “a morte de Tim Lopes alterou a relação da imprensa com os criminosos e os moradores das regiões de risco. Hoje, ficou muito mais difícil ouvirmos estes segmentos, mas temos que levar a informação ao leitor”. Ou seja, toda a penalização do conflito social é abordada sob a ótica militarizada das forças de segurança pública. Forças estas que mantêm vivo o legado deixado pelos “anos de chumbo”.

Não queremos parecer incoerentes quando destacamos o legado que o regime militar deixou para o país após 20 anos de detenção do poder político, muito menos perdendo de vista que, ao longo da implementação da ordem burguesa na sociedade brasileira, a “questão social” recebeu ora tratamento político ora criminal, com a criminalização de personagens como o capoeira e o malandro. Mas, foi com “a implantação de um modelo teórico com os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)”² que os militares deixaram o legado de repressão, tortura e um certo desrespeito as Leis que persistiram (e ainda persistem) em alguns governos democráticos. Outro fator importante na constatação desse legado é a abrangência com que se definia o criminoso. Ou seja, dentro da DSN, bandido poderia ser qualquer indivíduo que se opusesse ao regime. Não por acaso, é intrínseco a esse período, como aponta Cerqueira, “que vimos aparecer nas organizações policiais militares a formação dos ‘grupos de operações

² CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth. “Remilitarização da segurança pública: a operação Rio”. IN: *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. – Ano I, nº 1*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996, p.142.

especiais'; eram formações treinadas e preparadas para o combate aos guerrilheiros urbanos e rurais"³. Dessa forma, assistimos a formação da polícia política, institucionalizada para combater o inimigo invisível.

Os meios de comunicação de massa não passam incólumes por esse processo. Prova disso é o recorrente uso de expressões vinculadas à ideologia da DSN, o que contribuiu e muito para a criminalização das demandas sociais, sobretudo ao longo da década de 1990, dando uma ênfase exagerada e distorcida a tais demandas. Essa aproximação entre a mídia e o poder político exercido pelos militares é verificável à medida que o discurso da grande imprensa esteve associado à difusão dos preceitos da DSN durante o regime. Em grande medida, esse discurso ajudou a fomentar “a questão do crime como guerrilha urbana e logo as cidades como o terreno para a ocupação policial e para o enfrentamento do criminoso, agora guindado à condição de inimigo interno”⁴. Foi contra esse modelo de gestão da segurança pública que alguns governos democráticos começaram a se posicionar: nos governos Brizola, por exemplo, o principal tema da pauta política foi o dos Direitos Humanos. A principal preocupação destes governos era com a concessão política de cidadania, *bem* que as classes populares há muito não tinham. Mas será que em algum dia tiveram?

Uma das nossas principais hipóteses de trabalho tem sido a de que a politização da “questão social” no Rio de Janeiro poderia irradiar-se para o resto do país. Trabalhamos ainda com a possibilidade de isso poder representar uma estratégia dos dois Governos Brizola para fazer no plano regional aquilo que o ex-presidente João Goulart não conseguiu no plano nacional na década de 1960, uma vez que, para nós, o Rio de Janeiro ainda não perdeu o papel simbólico de capital cultural do país. Nesse sentido, precisaríamos recuperar a idéia de “caixa de ressonância” proposta pela historiadora Gizlene Neder e redimensioná-la para o contexto da década de 1990. Isso seria necessário por dois motivos: o primeiro, e mais óbvio, é que o Rio de Janeiro não era mais a capital da República, o que reconfigurava seu espaço político de atuação; segundo, pela entrada em cena de um poderoso agente político – os meios de

³ Idem, *Ibidem*.

⁴ Idem, *Ibidem*.

comunicação⁵. Ao que nos parece os governos Brizola estavam atentos ao primeiro aspecto, porém nem tanto ao segundo.

Há vários autores que trabalham o conceito de opinião pública. Porém, vamos recorrer à abordagem proposta por Cerqueira por dois motivos: o primeiro em função do fato de tratar-se de uma visão de alguém que esteve presente nos já mencionados governos Brizola; o segundo, justamente em função de sua presença no governo, pelo fato de, aparentemente, não haver uma preocupação por parte dos dirigentes políticos com a repercussão das medidas adotadas em prol da concessão de cidadania e do respeito aos direitos humanos. Como destaca o autor: “É necessário para entender esse processo social falarmos rapidamente da opinião pública e de como ela foi construída na nossa cidade. Opinião pública acaba sendo o que os jornais, a televisão e o rádio divulgam em seus editoriais, reportagens, entrevistas ou depoimentos sobre fatos ou situações que, mais do que refletir a realidade objetiva, acaba refletindo a ideologia, a crença ou as formas de percepção do real daqueles que divulgam ou expõem idéias naqueles órgãos da mídia. Não temos dúvida de ser seletiva e intersubjetiva a formação da opinião pública”⁶. Nesse sentido cabe a seguinte pergunta: se havia no governo a consciência de como a opinião pública era (e ainda é) formada, por que não desenvolver uma estratégia para disputar o espaço de formação da opinião pública? Por que permitir a vinculação dos governos Brizola ao (pseudo)aumento da criminalidade? Por que permitir a construção de um significante negativo em torno da imagem de Leonel Brizola?

Recuperaremos aqui a idéia de “caixa de ressonância” desenvolvida por Neder. É anacrônico criarmos uma associação direta entre a idéia trabalhada pela historiadora e o contexto da década de 1990. No entanto, gostaríamos de propor um deslocamento dessa reflexão, incorporando a noção de opinião pública apontada por Cerqueira e a importância que os meios de comunicação de massa ganham com o fim do regime militar. Pensamos ser fundamental a compreensão de que a política passou mesmo a estar inserida na mídia. Não mais palanques, domínio da retórica, comícios, espaço público. Em tempos em que a liberdade de expressão é ressaltada e resguardada pela Constituição de 1988, a cena política passa a se

⁵ A atuação dos meios de comunicação de massa num estado democrático de direitos, com liberdades de atuação que este estado permite e com a interação que estabelece com os indivíduos, muda circunstancialmente a cena política de qualquer estado.

⁶ CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth. *Op. Cit.*, p.150.

dar no espaço “público” forjado pelos *mass media*: entram em cena o *showmício*, os discursos editados, os palanques eletrônicos. Nesse sentido, propomos uma reelaboração da noção de “caixa de ressonância” para a de “caixa amplificadora”. Ou seja, o que acontece no contexto da cidade do Rio de Janeiro é irradiado para o resto do país, até chegar em outras partes do mundo. Este é um ponto crucial na diferenciação das estratégias travadas em torno da pouca visibilidade do II Governo Brizola e da eleição do governador Marcello Alencar.

É importante ressaltar que trabalhamos com a hipótese de a eleição de Marcello Alencar para o governo de estado ter tido como um dos fatores preponderantes a participação dos meios de comunicação de massa. Mais do que isso, foi não só a participação como a utilização dos *media* que contribuiu para a vitória do candidato do PSBD no Rio de Janeiro. Não por acaso, essa influência da mídia passou a ser objeto de estudos e pesquisas em diversos círculos acadêmicos. Porém, uma das contribuições muito relevantes para o presente trabalho é a investigação realizada pelos jornalistas Sylvio Costa e Jayme Brener⁷. É bem verdade que o estudo realizado pelos autores tem como ponto de partida a votação da “emenda da reeleição”. Mas, não é menos verdade que, nesse processo de levantamento das informações, se chegou a um período anterior ao Governo Fernando Henrique, ou seja, quando Marcello Alencar ainda era o prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Costa e Brener acabam por apontar as concessões de Rádios, TVs e estações retransmissoras de televisão (RTVs) aos partidos aliados ao governo federal – PMDB, PSDB, PFL – desde o Governo Sarney, passando pelo Governo Itamar Franco.

Os números apresentados pelos dois jornalistas impressionam, sobretudo pelos verdadeiros clãs sustentados em torno dos meios de comunicação: os Magalhães, na Bahia; os Sarney, no Maranhão; os Barbalho, no Pará; dentre outros. O que nos chamou atenção em especial no *Coronelismo Eletrônico* foi justamente o fato de, no Rio de Janeiro, os beneficiários do processo de concessão dos veículos serem os aliados políticos do PSDB e do governador Marcello Alencar. Nas palavras dos autores: “instalar uma RTV em um município perdido no interior brasileiro sempre representa dividendos políticos para o prefeito e seus aliados regionais, mesmo quando ela funciona exclusivamente como repetidora (...) As 479

⁷ COSTA, Sylvio e BRENER, Jayme. “Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história”. IN: *Comunicação e Política*, vol IV, nº 02, nova série, maio-agosto, 1997, p. 29-53.

autorizações dadas (...) pelo governo FHC reforçam a política de governadores próximos ao Palácio do Planalto. No Rio de Janeiro, leva vantagem o governador Marcello Alencar (PSDB)”⁸. Isso nos leva a inferir sobre a validade da hipótese, sem, no entanto, excluir a possibilidade de tal discurso produzido pelas elites estar carregado de sentidos repressivos.

Concordamos com Cerqueira quando ele afirma que estavam em jogo (e para nós ainda está) duas noções de ordem pública: uma autoritária, outra democrática. Esta, nas palavras do autor, seria “aquela onde há espaço para o conflito, onde o consenso pode ser construído livremente, não é obrigatório, havendo condições para o dissenso ser expressado e ser manifestado sem impor-se também de forma exclusivista”; já aquela, “a autoritária, repousa na hipótese de unanimidade, isto é, no consenso obrigatório (todos aderem ao projeto social) não possibilidade para os dissidentes”⁹. É nesse sentido que entendemos que os meios de comunicação interferiram decisivamente no jogo político. Em vez de apontar as duas alternativas na solução dos conflitos sociais, atuando de forma “objetiva”, “neutra”, “imparcial”, trabalhou no sentido de não dar voz à alternativa democrática, apontando a ordem pública autoritária como a única alternativa para estabelecer a “ordem” urbana. Não menos importante é o fato da mídia em geral, e a imprensa em particular, tratar o conflito urbano como guerra, rotulando as disputas como atos de criminalidade.

Evidentemente, a reflexão e a condução política em São Paulo, por motivos históricos, se desenvolveu de forma diferente da do Rio de Janeiro. Porém, não é menos significativo o fato de a abordagem da criminalidade com relação a São Paulo ser diferente da que é realizada em nosso estado. Nesse sentido, reforça-se o caráter de desestabilização, num primeiro momento dos Governos Brizola, mas que, após a eleição para governador do estado, Marcello Alencar vai experimentar, convocando, sem muita convicção, o Exército para a operação RIO II. Vale ressaltar, num primeiro momento (operação RIO I), Marcello Alencar faz uso político da operação de cooperação entre as Polícias Civil e Militar e as Forças Armadas, solicitada e assinada pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Nilo Batista. Num segundo momento (operação RIO II), o governador eleito Marcello Alencar, como que um “refém” da

⁸ Idem, *Ibidem*, p.37.

⁹ CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth. *Op. Cit.*, p.161.

estratégia utilizada para vencer as eleições, convoca Exército, desrespeitando a constituição, para atuar no restabelecimento da ordem urbana.

Retornemos então ao processo de dar voz/calar os agentes sociais que disputam o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. O projeto político que veio sendo estabelecido pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao longo dos anos 1980 e 1990, encontrou resistência não só entre as elites, mas também entre agentes responsáveis pela segurança pública – como os policiais. Dessa forma, durante o II Governo Brizola, a cidade vai ser palco do autoritarismo por parte de policiais civis e militares, sendo levado à sua expressão máxima, o extermínio: os assassinatos coletivos na Candelária (chacina da Candelária), em Vigário Geral (chacina de Vigário Geral), ambas em 1993 (sem mencionar a da Baixada Fluminense, em 2005), pouco antes de ser assinado o acordo de cooperação entre o Estado e a União. Tais chacinas (expressão que a mídia utilizou, e ainda utiliza, amplamente para se referir aos assassinatos cometidos na Candelária e em Vigário Geral), na verdade mostraram como “a violência ordinária é protagonizada de forma espetacular e mediática por policiais civis e militares contra integrantes das classes populares, revelando forte conteúdo – além de classista – racista, uma vez que produziu vítimas, em sua maior parte, pobres e negras”¹⁰.

Como aponta Almeida, “tais episódios de violência envolvendo policiais não são isolados (...) são fenômenos que, antes, estão inscritos na lógica da gestão da ‘questão social’ no Brasil, medidas por densas relações de poder, tributárias das desigualdades que permeiam as relações antagônicas fundamentais”¹¹. Aqui, observamos o encontro entre as reflexões da professora Suely Almeida e do cientista político Gisálio Cerqueira Filho. Nesse sentido, a professora Almeida nos fornece outros elementos para a construção do argumento de que a política de direitos humanos dos governos Brizola não eram bem recebidas, sobretudo em função de serem dirigidas às classes populares, desprovidas historicamente de cidadania política: “As chacinas da Candelária e Vigário Geral ocorreram, com intervalo de um mês, no segundo governo Leonel Brizola, quando se generalizava o discurso dos direitos humanos – a partir do qual se buscava fundamentar a política de segurança pública do Estado - , que era sistematicamente refutado por agentes policiais, setores sociais dominantes e, paradoxalmente,

¹⁰ ALMEIDA, Suely Souza de. “Violência urbana e constituição de sujeitos políticos”. IN: PEREIRA, Carlos Alberto M. e outros(org.). *Linguagens da Violência*. Rio e Janeiro, Rocco, 2000, p.99 (grifos meus).

¹¹ Idem, *Ibidem*, p.100.

por segmentos das camadas populares”¹². Acrescente-se a isso o fato de o comando da política de segurança pública estar nas mãos de um civil, que obviamente não fazia parte dos quadros policiais.

Quando analisamos a afirmação de Almeida, somos convocados a refletir sobre a resistência que o projeto de concessão de cidadania política recebeu de parte das classes populares. Nesse sentido, nos indagamos sobre as seguintes proposições: seriam as classes populares tão “irracionais” que não perceberiam os benefícios que o projeto político do governo pedetista trazia? Seriam tais benefícios percebidos como tutelares ao invés de emancipatórios? Seriam benefícios insuficientes aos olhos dos populares? Que tipo de cidadania estava sendo buscado por tais setores? Teria a mídia descoberto primeiro que tipo de cidadania as classes populares buscavam? Ou ainda: a cidadania proposta por Brizola se restringia a uma cidadania de caráter sociológico-político? A resistência da elite e dos policiais são mais ou menos visíveis. Porém, entender por quais aspectos passa a resistência das camadas populares pode vir a explicar o porquê de tais camadas demandarem por mais punição, que em último caso se dirige a elas mesmas. A incorporação de parte do discurso hegemônico pode mesmo se constituir numa estratégia.

Na década de 1990 já vivemos em tempos de pós-modernidade ou alta modernidade, ou ainda, modernidade tardia, variando a expressão de acordo com a linha teórica que se pretende abordar. Entretanto, menos nos importa a expressão que dará conta desse período histórico. O que realmente importa, e é no que os termos se aproximam, é a compressão entre espaço e tempo que estamos assistindo, principalmente em função do papel que os meios eletrônicos de comunicação tem desempenhado. Assim sendo, necessário se faz uma mudança na perspectiva de análise do contexto social. Perspectiva essa que consiga (ou pelo menos pretenda) dar conta desse novo modelo de sociedade. É por esse prisma que recuperamos a contribuição dada por Ianni em *Teorias da Globalização*¹³. Nessa obra, o sociólogo chama a atenção para a transformação do campo de análise do cientista social e conseqüentemente para a mudança, em último caso, do próprio cientista social. Dessa forma, a discussão central gira em torno da obsolescência das ferramentas de análise utilizadas pelas Ciências Sociais Clássicas diante de um novo tipo de sociedade: a sociedade mundial. Então, sua proposta é a

¹² Idem Ibidem, p.101.

de que analisemos um novo quadro aonde o cenário global vai sendo alterado na realidade e no imaginário.

Quando destaca que “nos novos horizontes (...), a história universal deixa de ser uma fantasia, metáfora ou utopia”¹⁴, Ianni já nos fornece uma pista da proposta que está trazendo. Na verdade, o autor percebe a inviabilidade da análise do mundo *globalizado* com o instrumental *clássico* das Ciências Sociais. Isso fica um pouco mais evidente à medida que o capítulo sobre *Sociologia da Globalização* vai sendo elaborado. Dentro da construção por ele proposta, Ianni chama a atenção para o novo desafio epistemológico que as Ciências Sociais enfrentam na passagem do séc. XX para o XXI. Ou seja, nessa passagem é necessário que se pense o mundo como uma sociedade global (sociedade onde o local e o global se interpenetram). Apesar das divergências teóricas que mantemos com o sociólogo, acreditamos que estava no horizonte do autor, apesar de não trazer explicitamente, a implosão de um modelo teórico-político que limitava o olhar do analista social ao local. Mais ainda, que tornava estático o olhar do analista social. Logo, o que estamos querendo destacar é o fato de que, ainda que não tenha feito isso conscientemente, as reflexões de Ianni indicam a necessidade de incorporação de outras demandas sociais que não só a de cidadania política, como aconteceu em outros períodos. Queremos dizer com isso que os Governos Brizola incorporavam as demandas sociais explícitas, mas não as implícitas: os desejos.

Essa dimensão implícita ao pensamento de Ianni é muito bem trabalhada por autores como Néstor Garcia Canclini, Jesús Martín-Barbero, Stuart Hall, dentre outros identificados com a linha *Culturalista*. Nesse momento, queremos nos deter um pouco mais sobre Hall, principalmente na obra *Da Diáspora*¹⁵. Não vamos nos deter aqui sobre as contribuições das reflexões de Martín-Barbero. Quanto ao Canclini, o abordaremos mais adiante. Já o Hall, este se torna emblemático no nosso trabalho por duas circunstâncias: a primeira pelo estudo que realiza em torno dos conceitos de cultura e ideologia, da relação entre ambos e da interpenetração que estabelecem, onde a ideologia torna-se cultural e a cultura, ideológica. A segunda, pelo fato de o ponto de partida para a tentativa de mapeamento dos *Estudos Culturais* ser a sua própria história de vida – é ele mesmo um sujeito diaspórico. Não menos importante

¹³ IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p.206.

¹⁵ HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Brasília, Editora UFMG, 2003.

que o primeiro, nesse momento a segunda circunstância não estará contida no âmbito das nossas reflexões.

Em *Da Diáspora*, Hall está tentando mapear os limites dos paradigmas que originaram os *Estudos Culturais*. Para o autor, tanto o culturalismo quanto o estruturalismo são insuficientes para se pensar, ou se contestar, a hegemonia cultural na sociedade mediática e de consumo. Nesse sentido, pensar a diáspora significa pensar a própria identidade, que assume várias formas de acordo com a necessidade que uma dada realidade demanda dos sujeitos. Porém, mais do que refletir sobre essa realidade, a proposta do autor é a de que os *Estudos Culturais* tornam-se um paradigma dominante em função da *práxis* a que se propõe. Nas palavras do autor: “Ele se opõe ao papel residual e de mero reflexo atribuído ao ‘cultural’. Em suas várias formas, ele conceitua a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como atividade através da qual homens e mulheres fazem história. Tal paradigma se opõe ao esquema base-estrutura de formulação da relação entre as forças ideais e materiais, especialmente onde a base é definida como determinação pelo ‘econômico’, em sentido simples”¹⁶.

A crítica de Hall não se limita ao culturalismo. Vai além. O estruturalismo, sobretudo o estruturalismo contido na ideologia alemã, também vai se mostrar insuficiente para a compreensão e análise do novo cenário: o da pós-modernidade¹⁷. Porém, vai ser na ruptura com a ideologia alemã que tanto culturalismo quanto estruturalismo vão se aproximar do paradigma dos *Estudos Culturais*, conferindo destaque nesse processo a Althusser. Como destaca o autor: “Aqui tanto os culturalistas quanto os estruturalistas atribuíram aos domínios até então definidos como ‘superestruturais’ tal especificidade e eficácia, tal primazia constitutiva, que os empurrou para além dos termos de referência da ‘base’ e ‘estrutura’”¹⁸. Nesse sentido, e aí está a grande contribuição de Althusser, “as ideologias são concebidas não como conteúdos e formas superficiais de idéias, mas como categorias inconscientes pelas

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.141-142.

¹⁷ Não estamos assumindo a expressão pós-modernidade como a que melhor caracterizaria esse período histórico. O que fizemos foi optar pela expressão que mais comumente aparece entre os autores abordados. Estamos querendo dizer com isso é que a expressão deve ser tomada aqui como um emblema e não como uma que se sobrepôs às demais.

¹⁸ HALL, Stuart, *Op. cit.*, p.145.

quais as condições são representadas e vividas”¹⁹. Apesar das diferenças entre culturalistas e estruturalistas no que diz respeito ao conceito de experiência, elas forneceram a base para o conceito de ideologia apresentado por Althusser: “ideologia é na verdade um sistema de *representações* mas, na maioria das vezes, essas representações não tem nada a ver com a *consciência*... é como estruturas que ela se impõem à ampla maioria dos homens, não via *consciência*... é dentro desse inconsciente ideológico que os homens conseguem alterar as experiências vividas entre eles e o mundo e adquirem uma nova forma específica de inconsciente, que se chama *consciência*”²⁰. E acrescenta Hall: “foi nesse sentido que a ‘experiência’ foi concebida, não como uma fonte autenticadora, mas como um efeito: não como um reflexo do real, mas como uma ‘relação imaginária’”²¹.

Amparado pelas contribuições de Althusser, Bakhtin e Gramsci, Hall aponta a nova perspectiva da ideologia: “O que é ideologia, senão precisamente a tarefa de fixar significados através do estabelecimento, por seleção e combinação, de uma cadeia de equivalências”²². E não é esse precisamente o principal papel dos meios de comunicação de massa na pós-modernidade? Não é dessa forma que podemos perceber a participação popular em processos como a campanha pela *diretas já!* ou na campanha pelo *impeachment* do Collor, com os carapintadas nas ruas? Ou ainda, na assunção de que os CIEPs são lócus do mal? Se concordarmos com a perspectiva apontada por Hall, poderemos entender a aliança entre as elites e a Polícia Militar contra os Governos Brizola. Ou ainda, entender como a população de baixa-renda, marginalizada, estigmatizada, pede mais punição por parte das autoridades estatais, que em último caso se volta contra ela mesma. Se entendermos, equivocadamente, que a sobredeterminação ideológica de fato acabou, perdemos a dimensão da forma como a ideologia atua em tempos de pós-modernidade.

Não podemos perder de vista que um dos eixos de nossa análise é a imprensa. Nesse sentido, estamos propensos a acreditar que é justamente na concepção de ideologia como um campo de disputas (desiguais, é claro), que a mídia atua de forma exitosa. Como destaca Hall, “ao desenvolver práticas que articulem diferenças em uma vontade coletiva ou ao gerar

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p.147.

²⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Cf. HALL, Stuart. *Op. cit.*, p.148.

²¹ HALL, Stuart. *Op. cit.*, p.148.

²² Idem, *Ibidem*, p.164.

discursos (*amplificados*) que condensem uma gama de conotações, as condições dispersas das práticas dos diferentes grupos sociais *podem* ser efetivamente aproximados, de modo a transformar essas forças sociais não em uma simples classe em ‘si mesma’, definidas por outras relações sobre as quais ela não tem controle, *mas também* em uma classe capaz de interferir enquanto força histórica, uma classe ‘por si mesma’ capaz de estabelecer novos projetos políticos”²³. No espaço midiático o sujeito nem é totalmente turista, nem totalmente vagabundo, na perspectiva trabalhada por Bauman²⁴.

Segundo Hall, “Althusser argumenta que, cada vez mais nas formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora dela”. E continua: “é produzido no domínio da superestrutura: em instituições como a família e a Igreja. Requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc., que não estão diretamente ligados à produção em si, mas que exercem a função crucial de ‘cultivar’ um certo tipo de trabalho moral ou cultural (...) Portanto, a tarefa mais importante é cultivar aquele tipo de trabalho que é capaz e disposto, moral e politicamente, a se subordinar à disciplina, à lógica, à cultura e à coerção do modo econômico de produção do desenvolvimento capitalista, seja qual for o estágio a que ele tenha chegado; ou seja, o trabalho que pode ser sujeitado ao sistema dominante *ad infinitum*”²⁵. Assim, se os sujeitos conseguem escapar do sentido produzido pelas relações sociais amplificadas pela mídia, como por exemplo a novela, qual a solução para controlá-lo? Uma das respostas possíveis seria a criminalização desses atores. E não é isso que a história do nosso país tem mostrado? Primeiro, sem contar com a mídia nos moldes em que ela se apresenta na pós-modernidade, criminalizou-se o capoeira e o malandro. Posteriormente, o bandido. Na contemporaneidade, bandido-traficante, ou o narcotraficante.

Evidentemente, somos contrários às tendências que apontam o caráter manipulador, *nu* e *cru*, da mídia. Classificamos assim a tendência de pensamento na assunção de que os receptores são passivos, respondendo exatamente da mesma forma aos estímulos dos meios de comunicação. No entanto, acreditamos que há uma disputa entre quem emite e quem recebe. Antes, porém, não descartamos que de fato há na mídia o objetivo de se produzir

²³ Idem, *Ibidem*, p.168, (grifo meu).

²⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1999.

²⁵ HALL, Stuart. *Op. cit.*, p.171-172.

representações sociais. Onde nos perguntamos: se tal manipulação não está na mídia, esta pensada como um *ente* abstrato, de onde partiriam tais representações? Novamente recuperando Hall, “nas pessoas que trabalham na mídia, que produzem, que reproduzem e transformam o próprio campo da representação ideológica. Sua relação com a ideologia difere em geral de outras em que os indivíduos produzem e reproduzem o mundo das mercadorias matéricas – que estão também inscritas pela ideologia”²⁶. Ou seja, nos operadores da mídia parece que a ideologia é uma representação, quando na verdade a representação já é ideológica.

Cotidianamente, assistimos, lemos ou ouvimos depoimentos que reforçam o caráter representativo da ideologia. Afinal, dentre as narrativas que circulam em nossa sociedade ainda encontramos a velha dicotomia maniqueísta entre bem ou mal. Tomemos por exemplo um trabalho de assistência social. Não raro, nos vemos diante de um pseudo-limite entre o trabalho social e a criminalidade. Criminalidade essa, interessante que ressaltamos, já atravessada por valores ideológicos. Neste jogo de disputas entre o “bem” e o “mal”, parece quase que inevitável que um indivíduo não assistido por um desses trabalhos sociais necessariamente “cairá” no mundo da criminalidade. Assim sendo, podemos perceber, a partir da leitura que Hall faz de Althusser, que “uma vez que não existe uma relação direta entre as condições de existência social que vivemos e a forma como a experimentamos, torna-se necessário denominar as relações como ‘imaginárias’” E continua: “A ideologia é descrita como imaginária simplesmente para que se possa distingui-la da noção de que as ‘relações reais’ declaram seus próprios significados de forma não ambígua”²⁷.

Se há dúvidas quanto à presença da luta ideológica em tempos de pós-modernidade, pensemos nos três grandes projetos políticos capitaneados pelo PDT: o CIEP, a Linha Vermelha e o Sambódromo. Hall nos alerta para o fato de que “freqüentemente a luta ideológica consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa. Por exemplo, é justamente por conotar aquilo que é mais desprezado, despossuído, ignorante, incivilizado, inculto, maquinador e incompetente que o termo ‘negro’ pode ser contestado, transformado e

²⁶ Idem, Ibidem, p.180.

²⁷ Idem, Ibidem, p.182.

investido de um valor ideológico positivo”²⁸. Se invertemos a sentença e a lógica do argumento do autor, podemos propor que mesmo tendo um valor positivo como propiciar uma educação de tempo integral (no caso dos CIEPs), diminuir as distâncias entre o trabalho e a residência (no caso da Linha Vermelha), ou ainda contar com um espaço para que as comunidades possam celebrar as manifestações contidas no *carnaval* (no caso do Sambódromo), esses projetos possam também ser transformados e investidos de um valor ideológico negativo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Suely Souza de. “Violência urbana e constituição de sujeitos políticos”. IN: PEREIRA, Carlos Alberto M. e outros(org.). *Linguagens da Violência*. Rio e Janeiro, Rocco, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. *Montesquieu – a Política e a História*. São Paulo, Editora Presença, 1972.
- _____. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- BATISTA, Nilo. “Mídia e sistema Penal no capitalismo tardio”. IN: *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*, nº 12. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia / Editora Revan, 2002.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Na periferia do medo*. II Encontro mundial dos Estados Gerais da Psicanálise. Rio de Janeiro, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1999.
- BORGES, Wilson Couto. *Mídia, Violência e Conjuntura Política: a presença dos militares no Rio de Janeiro*. Niterói, Dissertação em Ciência Política, UFF, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. “Remilitarização da segurança pública: a operação Rio”. IN: *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*, nº 01. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia / Relume Dumará, 1996.
- CERQUEIRA Filho, Gisálio. *Édipo e Excesso: reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.
- _____. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- CERQUEIRA Filho, Gisálio & NEDER, Gizlene. *Os filhos da lei*. RBCS, Vol. 16, nº 45.
- _____. *Emoção e Política*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* São Paulo, Cultrix, 1984.
- COSTA, Sylvio e BRENER, Jayme. “Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história”. IN: *Comunicação e Política*, vol IV, nº 02, nova série, maio-agosto, 1997.
- ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo, Ática, 1991.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p.193.

- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1971.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, edições Graal, 1986.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- _____. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Brasília, Editora UFMG, 2003.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso. Introdução à Análise de Discursos*. São Paulo, Hacker editores, 1999.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A mídia e o lugar da história”. In *Lugar Comum*, n. 11, maio-ago, 2000.
- VÉRON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo, Cultrix, 1981.